

Multinacional acha 'Centrão' fraco e vai ao governo

BRASÍLIA — A Constituinte estava iniciando a votação das Disposições Transitórias, em meados de junho, quando dois executivos de uma empresa multinacional do setor de computação (um deles, diretor de relações externas) procuraram dois líderes do Centrão para iniciar a montagem de uma estratégia conjunta para suprimir do texto constitucional os dispositivos considerados contrários aos interesses do capital estrangeiro e da iniciativa privada, de modo geral.

Os executivos rapidamente transmitiram ao empresário o resultado das consultas: o Centrão não tem votos suficientes (280) para derrubar nada no segundo turno. A única saída é bater às portas do governo e pedir que ele mobilize seus ministros para conquistar votos às

emendas supressivas. Tanto os dirigentes de multinacionais quanto os de empresas nacionais ligadas às grandes federações não perderam tempo, começaram logo a corrida ao governo.

Mobilização — Omar Carneiro, vice-presidente da Shell — que há dez dias coordenou uma reunião no Rio, na qual as multinacionais decidiram investir US\$ 1,5 milhão numa campanha para mobilizar parlamentares e a opinião pública a favor de seus interesses no segundo turno — não revela os nomes de quem que já procurou, mas confirma que os contatos entre o governo e o empresário — "já estão ocorrendo e continuarão a ocorrer". Segundo ele, governo e empresas identificaram pontos comuns, que consideram "altamente prejudiciais à economia do país".

Entre esses pontos estão os que o Centrão quer a todo custo suprimir: turno

de seis horas, licença-paternidade, aviso prévio proporcional, definição de empresa nacional, preferência para a empresa nacional na aquisição pelo poder público de bens e serviços, tabelamento da taxa de juros em 12%, nacionalização da exploração mineral e proibição dos contratos de risco para exploração de petróleo.

No Congresso o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, tem sido procurado todos os dias por parlamentares do Centrão com o apelo para que o governo dessa vez interceda nos capítulos da Ordem Social e da Ordem Econômica, o que não fez no primeiro turno. O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BS), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Dasso Coimbra (PMDB-RJ) e a deputada Rita Furtado (PFL-RO) acham que o Centrão, além de não ter

votos, não mobilizará ninguém para a votação do segundo turno. "Sem discussão, sem lobby e sem pressão, não se faz nada", constata Rita Furtado.

Fidelidade — Um levantamento feito pelo Centrão, levando em conta seis importantes itens da Ordem Econômica e da Ordem Social — turno de seis horas, imprecisibilidade das ações trabalhistas rurais, definição de empresa nacional, prioridade nacional para a aquisição de bens e serviços, nacionalização do subsolo e limitação da taxa de juros — revelou um dado alarmante: dos 292 parlamentares listados como do Centrão, apenas 99 foram fiéis em todas essas votações.

Os infieis começaram a ser procurados pelo governo, para serem convencidos a mudar de voto, ou a estarem em Brasília quando o voto for positivo (e a infidelidade tiver sido computada por

conta da ausência). Segundo Albano Franco, o ministro da Fazenda, Mafonso da Nóbrega, já demonstrou claramente que seria favorável às mudanças pretendidas pelo Centrão e o empresário. "Mas ele não entra diretamente na estratégia de convencimento", diz Albano.

Sensibilização — Luís Eduardo Magalhães confia que o governo ajudará ostensivamente, como fez com a questão da anistia fiscal, "pois agora está tranquilo e não tem mais de trabalhar pelo mandato". Segundo Luís Eduardo, na linha de frente do trabalho junto aos parlamentares deverão estar os mesmos ministros que atuaram na luta por mandato: Antônio Carlos Magalhães (seu pai), Prisco Viana, Ronaldo Costa Couto, Iris Rezende e Jéder Barbalho. Eles enfrentarão dois ministros contrários à supressão da reserva de mercado, como quer o Centrão: Renato Archer e Luís Henrique.

De acordo com Albano, até agora as conversas com o governo têm sido no sentido de sensibilizá-lo no que toca diretamente ao setor público, "como por exemplo os prejuízos que o turno de seis horas trará à Petrobrás e à Siderbrás. Ele diz que "pelo menos nessa questão é quase certo que o governo atue".

A sensação de que o governo atuará no segundo turno está também tomando conta das empresas de capital nacional, principalmente das pequenas e médias que se reúnem na Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional. Hoje, esses empresários têm certeza de que o Centrão não consegue mexer em nada (a luta deles é para manter o texto como está), mas temem o governo. Admitem que, se Sarney quiser, o jogo endurece.

Mais Constituinte na página 14

Um retrato do futuro, segundo a Constituinte

José Varella - 28/4/88



Com o mapa da Amazônia transformado em bandeira, as esquerdas comemoram a nacionalização da mineração

Nacionalismo dita normas para empresa

"Apesar de todas as críticas que nos fizeram, tivemos uma Constituinte nacionalista e privatista." Esta é a análise do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que foi o relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte e foi um dos negociadores da definição da empresa nacional.

"Dois fatos nos salvaram da ofensiva das multinacionais", explica. "Em primeiro lugar, a Comissão de Sistematização, onde os conservadores eram maioria. Depois, o fato de o Centrão só ter tido unidade para modificar o regimento para a votação em plenário. Feito isso, eles se dispersaram."

Enquanto os progressistas se concentram na Comissão da Ordem Social, os conservadores empalmaram a Comissão da Ordem Econômica. Assim, numa posição de força, nem votaram o projeto de Severo, substituindo-o por uma proposta assinada pelo deputado José Lins, que presidia a comissão. Assim, multinacionais e empresas nacionais eram equiparadas numa definição ambígua: "Empresa brasileira ou nacional é aquela constituída sob as leis brasileiras, que tenha sua administração sediada no país e cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros." Isso, segundo Severo, igualava a Votorantim à IBM.

Os esquerdistas da Frente Parlamentar Nacionalista, com a discreta ajuda dos oficiais do Conselho de Segurança Nacional e de votos de conservadores como o do senador Jarbas Passarinho, foram vitoriosos na definição de sua empresa nacional. Nos bastidores, houve também a colaboração de empreiteiras, como a Norberto Odebrecht, que minuciosamente os progressistas, e de mineradoras, como a Parapanema, ao lado dos conservadores nacionalistas. "Se você duvida", diz Severo, "veja como andou votando o deputado Gastone Righi, muito ligado ao Antônio Ermírio de Moraes."

Uma outra força — inescapada — também surgiu ao lado dos progressistas: pequenos e médios empresários nacionais, ligados a setores de ponta, como a química fina (fundamental na indústria farmacêutica), mecânica de precisão (armamentos e equipamentos aeroespaciais e nuclear) e da informática, onde há pesos-pesados como o Banco Itaú.

Como fica

■ Empresa nacional é a que tem controle permanente de brasileiros residentes e domiciliados no país. Poderá gozar de benefícios e proteção temporária para desenvolver projetos necessários à defesa ou ao desenvolvimento tecnológico. A empresa nacional terá preferência na aquisição de bens e serviços pelo governo e pelas empresas estatais.

Igrejas unidas vencem luta contra o aborto

Os corredores do Congresso Nacional foram tomados por senhoras que integram a Tradição, Família e Propriedade (TFP). Elas traziam nas mãos panfletos coloridos, bandeiras vermelhas e filmes contra o aborto. Conquistaram a simpatia da bancada evangélica e católica da Constituinte, que logo se uniu a elas na árdua batalha contra as feministas. O lobby fortíssimo de ambas as partes só conseguiu atrasar um pouco a promulgação da nova Carta, pois a questão aborto que foi tema de inúmeras reuniões e debates, acabou sem vencedor. A Constituinte se alou e o capítulo da família nada dirá sobre o assunto.

As crianças foram usadas para fazer lobby. Por inúmeras vezes lotaram o Salão Verde da Câmara dos Deputados, conversaram com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e encharam os parlamentares de adesivos. Mostrando-se bons lobistas, fizeram não só o delas. Preocuparam-se também com a situação dos pais e avós: "O que a constituinte pretende fazer para melhorar os salários", perguntou um garoto a Ulysses, que respondeu meio sem graça que este era apenas

Sindicalistas ganharam metade do que queriam

Os sindicalistas conseguiram incluir quase todas as reivindicações trabalhistas no texto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. A CUT e a CGT queriam ainda estabilidade desde a admissão, exceto por falta grave ou no período de noventa dias de experiência, e redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, além de licença-gestante de 180 dias e o pagamento dobrado do mês de férias. Treze meses depois, encerrada a primeira fase de votação da nova Constituição, concordam que após aquela vitória inicial, conquistaram apenas metade do que pretendiam.

Com as primeiras conquistas trabalhistas, o empresariado entrou em pânico e começou a fazer pressão. Centrou fogo contra a estabilidade. "Sem dúvida, foi a nossa principal luta", constata o presidente da Confederação Nacional da Indústria, se-

nador Albano Franco (PMDB-SE). A resposta mais consequente do empresariado foi a criação da União Brasileira dos Empregados, que junto pesos-pesados da indústria logo em sua primeira reunião.

O termômetro para os dois lados foi a votação de Comissão de Sistematização. A jornada de 44 horas, a licença-gestante de 120 dias, o pagamento de um adicional de um terço do salário no mês de férias e a remuneração das horas-extras em valor no mínimo 50% superior ao da hora normal foram aprovadas na Sistematização e preservadas até o fim pelo plenário.

Toda a disputa passou para a estabilidade no emprego. O Centrão deu uma ajuda extra ao empresariado. Uma reunião entre o presidente da CUT e o Centrão marcou o início de uma solução negociada, que consumiu dias e provocou um bate-boca violento entre as duas centrais sindicais. A CUT foi contra um acordo até o fim.

"Os interesses patronais prevaleceram um pouco mais", admite o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos representantes

do Centrão. A estabilidade foi remetida para uma futura lei ordinária. Até lá, o empresariado terá de pagar uma multa de 40% sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando dispensar um funcionário sem justa causa. Atualmente, a multa é de apenas 10%.

Ao restringir a autonomia sindical, o empresariado impôs a segunda derrota significativa aos sindicalistas. "Não alimentávamos ilusões. Sempre soubemos que a correlação de forças não era favorável", lamenta o vice-presidente da CUT, deputado Paulo Paim (PT-SP).

Como fica

■ A legislação ordinária vai decidir sobre estabilidade. Até lá, o empregador paga multa de 40% sobre o FGTS por demissão injustificada. A jornada é de oito horas, 40 semanais. A licença remunerada é de 120 dias, sendo criada a licença-paternidade de oito dias. A hora extra terá valor 50% maior. Fica assegurado direito de greve e liberada a organização sindical.

Luís A. Ribeiro — 29/7/87



As católicas deram demonstração de competência no lobby contra as feministas

um aspecto que eles tentariam resolver.

A atual Constituição fala vagamente dos direitos das crianças e dos adolescentes. Segundo o deputado Alenci Guerra (PFL-PR) o texto aprovado em primeiro turno é avançado e benéfico às crianças.

Embora tenham comparecido ao Congresso em menor número e de

uma maneira mais discreta, os idosos brasileiros fizeram um lobby de bastidores e não foram esquecidos pela constituinte. O seu amparo será garantido pela família, sociedade e o Estado. E assim que for promulgada a Constituição, família, composta de homens e mulheres, idosos e crianças terá uma cara nova, mais avançada e protegida.

Como fica

■ A família passa a ser qualquer união estável entre homem e mulher e tem proteção do Estado. O prazo para obtenção do divórcio passa a ser um ano após a separação por desquite. O aborto não está no texto da Constituição, mas o Estado proporcionará recursos educacionais e científicos para que o casal faça planejamento familiar.

Aposentados ganharam tudo. Por unanimidade

No último dia de votação da omissão de Sistematização, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PMB-SP) atrasou quinze minutos o relógio do plenário tentando ganhar tempo para a votação de uma emenda que assegurava a revisão das aposentadorias pagas pelo Ministério da Previdência. Não conseguiu, e a votação decisiva só foi feita na quinta-feira passada.

Os pensionistas e aposentados começaram a frequentar o Congresso logo após a divulgação do relatório da Subcomissão da Saúde, considerado excessivamente genérico, pois não mencionava os critérios para o cálculo, nem a data de aplicação. "Os aposentados pressionaram muito. Não acreditavam que só o princípio resguardasse o direito", conta o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que acompanhou o debate desde a comissão temática.

O grande pulo foi na Comissão de Sistematização, quando os critérios foram incluídos no texto. Depois de muita negociação, inclusive com a participação de técnicos do Ministério da Previdência, os aposentados ganharam tudo. Desde o início, todos concordavam que o cálculo para a aposentadoria precisaria ser revisado. A subcomissão foi a mais generosa: defendia que o aposentado recebesse o valor de seu último salário.

A decisão final ficou melhor do que a disposição em vigor, mas não tão generosa. O cálculo das novas aposentadorias vai basear-se no salário-contribuição dos últimos 36 meses com correção monetária mês a mês. Foi uma decisão unânime: nenhum constituinte votou contra.

Como fica

■ A Constituinte não alterou as idades para aposentadoria. O cálculo será feito com base no salário-contribuição dos últimos 36 meses, com reajuste mensal. Garantir-se aos idosos com mais de 65 anos e aos deficientes físicos o pagamento de um salário-mínimo. Foram equiparadas pensões e aposentadorias, corrigidas no prazo máximo de seis meses.

Estados impõem redivisão do bolo tributário

"Como estava é que não podia continuar: os municípios mendigando, os estados mendigando, todo mundo de pires na mão". A frase, do deputado Ulysses Guimarães, reflete bem o estado de espírito da Constituinte ao aprovar a reforma tributária: promover uma redivisão na distribuição dos impostos arrecadados, fortalecendo estados e municípios e diminuindo a participação da União.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, o presidente José Sarney reagiu, alarmado: "O país ficará inadministrável". Segundo o Planalto, a reforma tributária esvaziaria os cofres da União a tal ponto que ela não teria mais recursos para investimentos em áreas prioritárias. Além disso, técnicos do governo alardearam que, a reforma tributária, se aprovada, prejudicaria o Norte e o Nordeste, Acentuando os desequilíbrios regionais. A Constituinte, porém, não se abalou com a pressão.

É que o governo tinha pela frente um time de tributaristas de alto nível, que, desde a fase das subcomissões, trabalhou junto, amadurecendo e negociando a proposta finalmente vitoriosa. Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-secretário da Receita Federal e ex-ministro da Fazenda, José Serra (PSDB-SP), secretário de Planejamento do governo Franco Montoro, pelas regiões mais ricas, e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e Benito Gama (PFL-BA), pelo Norte e Nordeste, produziram uma proposta capaz de unir os estados em torno da bandeira da reforma tributária. Quando o governo atacou, não conseguiu mais quebrar o consenso formado.

Tema árido, a divisão do bolo tributário tem enorme importância política: com mais dinheiro na mão, estados e municípios ganham autonomia política e administrativa. "O país não ficará inadministrável", disse o deputado Francisco Dornelles. "Apenas terá de ser administrado de forma diferente, mais democrática e menos centralista."

Mas se a Constituinte avançou na redivisão da arrecadação dos tributos entre os vários níveis da administração, mexeu pouco com o bolso do contribuinte. Ele foi o grande esquecido no capítulo da tributação.

Como fica

■ O Fundo de Participação dos Estados e Municípios passa a ser formado por 47% das receitas do Imposto de Renda e IPI. 22,5% vão para os municípios, 21,5% para os estados e 3% para as regiões mais pobres. A União ficará com 53% do imposto de Renda e IPI. Os estados poderão cobrar adicional de 5% sobre o Imposto de Renda de operações financeiras.

Texto começa com garantias para cidadão

A nova Constituição será uma das mais avançadas em termos de direitos individuais e coletivos. O texto abre com a definição dos direitos do cidadão, rompendo com a tradição brasileira de começar pelas atribuições do Estado.

Na etapa da Comissão dos Direitos e Garantias Individuais, o senador José Paulo Bisol (PSDB-RS) produziu um texto tão minucioso, que entrou para o folclore político ao estabelecer que homem e mulher eram iguais, exceto "na gestação e no aleitamento". Mas a essência do seu trabalho permaneceu na nova Constituição.

"Tirando o dispositivo que ignora o direito à vida ao de propriedade e o parágrafo que colocou em pé de igualdade os crimes de tortura e de terrorismo, assim em baixo do resto", avaliou o deputado José Genoíno (PT-SP). O Centrão também recebeu bem as definições do plenário e a maioria dos dispositivos foi aprovada por acordo.

Como fica

■ A censura é proibida. A tortura e o terrorismo são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. A prisão deve ser comunicada imediatamente ao juiz e o preso será informado de seus direitos, inclusive o de ficar calado. Há-beas data dá ao cidadão acesso aos arquivos dos órgãos de informação. Grampear telefone passa a ser crime.